

COM BASE NO EDITAL Nº01/2025



FEAS

CURITIBA-PR

FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE DE CURITIBA-PR

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática e Raciocínio Lógico
- ▶ Normas da FEAS
- ▶ Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





FEAS CURITIBA

FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE
DE CURITIBA-PR

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Nº01/2025

CÓD: OP-006DZ-25
7908403584864

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Análise e interpretação de texto (compreensão geral do texto; ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor; argumentação; elementos de coesão; inferências; estrutura e organização do texto e dos parágrafos).....	7
2. Tipologia e gêneros textuais	14
3. Figuras de linguagem	18
4. Emprego dos pronomes demonstrativos; Emprego de tempos e modos verbais; Formação de tempos compostos dos verbos	22
5. Relações semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (oposição/contraste, conclusão, concessão, causalidade, adição, alternância etc.)	29
6. Relações de sinonímia e de antonímia.....	30
7. Sintaxe da oração (período simples; termos fundamentais e acessórios da oração; tipos de predicado) e do período (período composto por coordenação e por subordinação)	31
8. Funções do “que” e do “se”	36
9. Emprego do acento grave	37
10. Emprego dos sinais de pontuação e suas funções no texto.....	38
11. Ortografia.....	39
12. Concordâncias verbal e nominal.....	40
13. Regências verbal e nominal	42
14. Colocação pronominal	43

Matemática e Raciocínio Lógico

1. As quatro operações fundamentais	55
2. Conjuntos numéricos: naturais, inteiros e decimais	56
3. Unidades de medida: comprimento, capacidade, massa, tempo e volume	62
4. Sequências numéricas	64
5. Proporção; Relação de igualdade	65
6. Conectivos; Tabela-verdade.....	66
7. Diagramas lógicos	77
8. Dados, tabelas e gráficos	79
9. Porcentagem.....	82
10. Resolução de problemas.....	84
11. Regra de três simples e composta	87
12. Análise Combinatória: Princípios fundamentais da contagem, arranjos, combinações e permutações	88
13. Probabilidade: Cálculo de probabilidades em eventos simples e compostos.....	91

Normas da FEAS

1. Lei 13.663/2010, que dispõe sobre sua criação e amplia seu escopo de atuação pela Lei municipal 15.507/2019	99
--	----

ÍNDICE

Conhecimentos Específicos Técnico de Enfermagem

1. Tecnologias da Assistência de Enfermagem; Exame físico	107
2. Administração de medicamentos	123
3. Verificação de pressão arterial; Sinais vitais (TPR/PA); Controle da dor	129
4. Instalação e monitorização de ventilação artificial e oxigenioterapia	143
5. Manejo do trato digestório e geniturinário	150
6. Tratamento de feridas; Prevenção de lesões	150
7. Medidas de posicionamento, movimentação e imobilização	155
8. Higiene e conforto	158
9. Registros de enfermagem e saúde; Técnicas Fundamentais em Enfermagem; Registro de enfermagem, com evolução do paciente	165
10. Qualidade da assistência de enfermagem e segurança do paciente	167
11. Assistência de enfermagem ao paciente em situações de urgência e emergência	172
12. Reprocessamento de materiais médico-hospitalares	174
13. Saúde do trabalhador	183
14. Peso e altura	188
15. Mobilização e higiene corporal.....	189
16. Controle hídrico	189
17. Administração e preparo de medicamentos.....	190
18. Orientações pertinentes ao autocuidado	190
19. Promoção do conforto físico.....	191
20. Auxílio em exames e coleta de materiais para exames.....	191
21. Legislação e Ética Profissional; Lei do exercício profissional; Decreto que regulamenta a profissão; Código de ética do profissional de Enfermagem; Aspectos éticos e legais dos profissionais de enfermagem.....	196
22. Saúde Pública; Vigilância epidemiológica	211
23. Imunizações	214
24. Programas de atenção à saúde do adulto, da mulher, da criança e do adolescente	220
25. Doenças infecto-parasitárias e demais patologias atendidas na rede básica	225
26. Ações educativas sobre higiene e saneamento básico e suas implicações com a saúde.....	226
27. Noções de Enfermagem Médico-Cirúrgica; Assistência ao paciente cirúrgico e possíveis complicações.....	229
28. Assistência a pacientes portadores de doenças crônicas: Hipertensão arterial; Diabetes mellitus; Asma; Bronquite; Pneumonia.....	247
29. Noções de Enfermagem Materno-Infantil; Assistência ao pré-natal, pré-parto e puerpério; Cuidados imediatos com o recém-nascido (conforto, higiene, segurança e alimentação)	251
30. Cuidados com recém-nascido filho de cliente com patologias de base (diabetes mellitus e hipertensão arterial)	261
31. Atendimento inicial ao trauma; Cuidados de enfermagem com pacientes com trauma cranioencefálico.....	263
32. Suporte básico de vida adulto e pediátrico	267

LÍNGUA PORTUGUESA

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO (COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO; PONTO DE VISTA OU IDEIA CENTRAL DEFENDIDA PELO AUTOR; ARGUMENTAÇÃO; ELEMENTOS DE COESÃO; INFERÊNCIAS; ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS)

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

► Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os

elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

► Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

► Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

▪ **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

▪ **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

▪ **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

▪ **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

▪ **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?



AMOSTRA

► Exemplos Práticos

▪ **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosa da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

▪ **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

► Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

PONTO DE VISTA OU IDEIA CENTRAL DEFENDIDA PELO AUTOR

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

► Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão

central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

► Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

► Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

▪ **Título e Introdução:** Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

▪ **Linguagem e Tom:** A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.



MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

AS QUATRO OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS

As operações básicas da matemática são a fundação sobre a qual todo o conhecimento matemático é construído. Elas formam a base dos cálculos e são essenciais para a compreensão de conceitos mais avançados. A seguir, abordaremos as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão, explorando suas definições e propriedades.

Adição (+)

A adição é a operação que determina um número para representar a junção de quantidades.

Exemplo: $2 + 3 = 5$

Os números 2 e 3 são chamados de parcelas, e o número 5 é a soma.

Propriedades da Adição:

► **Propriedade Comutativa:** A ordem dos números não altera o resultado.

$$a + b = b + a$$

Exemplo: $1 + 2 = 2 + 1$

► **Propriedade Associativa:** A maneira como os números são agrupados não altera o resultado.

$$(a + b) + c = a + (b + c)$$

Exemplo: $(1 + 2) + 3 = 1 + (2 + 3)$

► **Elemento Neutro:** O zero é o elemento neutro da adição, pois qualquer número somado a zero resulta no próprio número.

$$a + 0 = a = 0 + a$$

Exemplo: $0 + 3 = 3$

► **Fechamento:** A soma de dois números naturais é sempre um número natural.

$$a + b \text{ é um número natural}$$

Subtração (-)

A subtração é a operação que determina um número para representar a diminuição de quantidades.

Exemplo: $5 - 4 = 1$

Propriedades da Subtração:

► **Propriedade Não Comutativa:** A ordem dos números altera o resultado.

$$a - b \neq b - a$$

Exemplo: $5 - 2 \neq 2 - 5$

► **Propriedade Não Associativa:** A maneira como os números são agrupados altera o resultado.

$$(a - b) - c \neq a - (b - c)$$

Exemplo: $(6 - 4) - 1 \neq 6 - (4 - 1)$

► **Elemento Oposto:** Para cada número a , existe um número

▪ a tal que sua soma seja zero.

$$a + (-a) = 0$$

► **Fechamento:** A diferença de dois números naturais só é possível quando o minuendo é maior ou igual ao subtraendo.

$$a - b \text{ é um número natural se } a \geq b$$

Multiplicação (×)

A multiplicação é a operação que determina a soma de parcelas iguais. Pode ser indicada por "×", "·" ou "×".

Exemplo: $4 \times 5 = 20$

Propriedades da Multiplicação:

► **Propriedade Comutativa:** A ordem dos fatores não altera o produto.

$$a \times b = b \times a$$

Exemplo: $2 \times 7 = 7 \times 2$

► **Propriedade Associativa:** A maneira como os fatores são agrupados não altera o produto.

$$(a \times b) \times c = a \times (b \times c)$$

Exemplo: $(3 \times 5) \times 2 = 3 \times (5 \times 2)$



AMOSTRA

► **Elemento Neutro:** O número um é o elemento neutro da multiplicação, pois qualquer número multiplicado por um resulta no próprio número.

$$a \times 1 = a = 1 \times a$$

Exemplo: $1 \times 4 = 4$

► **Elemento Absorvente:** O número zero é o elemento absorvente da multiplicação, pois qualquer número multiplicado por zero resulta em zero.

$$a \times 0 = 0 = 0 \times a$$

► **Distributiva:** A multiplicação é distributiva em relação à adição.

$$a \times (b + c) = (a \times b) + (a \times c)$$

Exemplo: $2 \times (4 + 6) = 2 \times 4 + 2 \times 6$

► **Fechamento:** O produto de dois números naturais é sempre um número natural.

$$a \times b \text{ é um número natural}$$

Divisão (\div)

A divisão é a operação inversa da multiplicação e está ligada à ação de repartir em partes iguais. Pode ser indicada por " \div ", " $:$ " ou " $/$ ".

Exemplo: $8 \div 4 = 2$

Tipos de Divisão:

► **Divisão Exata:** O quociente é um número inteiro, e o resto é zero.

Exemplo: $8 \div 4 = 2$

► **Divisão não-exata:** O quociente não é um número inteiro, e o resto é diferente de zero.

Exemplo: $9 \div 4 = 2$ com resto 1

Propriedades da Divisão:

► **Propriedade Não Comutativa:** A ordem dos números altera o quociente.

$$a \div b \neq b \div a$$

Exemplo: $15 \div 5 \neq 5 \div 15$

► **Propriedade Não Associativa:** A maneira como os números são agrupados altera o quociente.

$$(a \div b) \div c \neq a \div (b \div c)$$

Exemplo: $(12 \div 6) \div 2 \neq 12 \div (6 \div 2)$

► **Elemento Neutro:** O número um é o elemento neutro da divisão, pois qualquer número dividido por um resulta no próprio número.

$$a \div 1 = a$$

Exemplo: $3 \div 1 = 3$

► **Divisão por Zero:** Não é definida, pois não há número que multiplicado por zero resulte em um número diferente de zero.

$$a \div 0 \text{ é indefinido}$$

► **Fechamento:** A divisão de dois números naturais pode não ser um número natural.

$$5 \div 3 \notin \mathbb{N}$$

CONJUNTOS NUMÉRICOS: NATURAIS, INTEIROS E DECIMAIS

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra \mathbb{N} e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

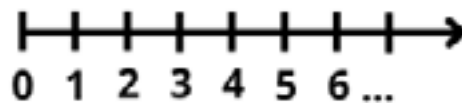
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.

$\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.



NORMAS DA FEAS

LEI 13.663/2010, QUE DISPÕE SOBRE SUA CRIAÇÃO E AMPLIA SEU ESCOPO DE ATUAÇÃO PELA LEI MUNICIPAL 15.507/2019

LEI Nº 13.663/2010

(Regulamento aprovado pelo Decreto nº 2018/2011)

“INSTITUI A Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS. ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 7.671, DE 10 DE JUNHO DE 1991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” (Denominação alterada pela Lei nº 15.507/2019)

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS, entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse e de utilidade públicas, com autonomia gerencial, patrimonial, orçamentária e financeira, sujeita ao regime jurídico próprio das entidades privadas sem fins lucrativos de beneficência social quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas, tributários e fiscais, observadas as regras desta lei. (Denominação alterada pela Lei nº 15.507/2019)

§ 1º A Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS terá sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, e seu prazo de duração será indeterminado. (Denominação alterada pela Lei nº 15.507/2019)

§ 2º A Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS integrará a Administração Pública indireta do Município de Curitiba e vincular-se-á à Secretaria Municipal da Saúde para efeito de supervisão de suas finalidades. (Denominação alterada pela Lei nº 15.507/2019)

Art. 2º A Fundação Estatal de Atenção à Saúde terá por finalidade desenvolver e executar ações e serviços de saúde ambulatorial, hospitalar, serviço de apoio diagnóstico, ensino e pesquisa, educação permanente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Curitiba. (Redação dada pela Lei nº 15.507/2019)

§ 1º As ações e os serviços de saúde mencionados no caput serão desenvolvidos de maneira sistêmica e integrarão uma rede regionalizada e hierarquizada em nível de complexidade crescente do SUS do Município de Curitiba, da qual a Fundação Estatal de Atenção Especializada em Saúde de Curitiba é parte integrante, devendo observar todos seus princípios e diretrizes, em especial, a fiscalização e o acompanhamento pelo Conselho Municipal de Saúde.

§ 2º É vedado à Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS desenvolver atividades de saúde que exijam poder de autoridade do Município. (Denominação alterada pela Lei nº 15.507/2019)

Art. 3º A constituição da Fundação Estatal de Atenção à

Saúde - FEAS será lavrada por escritura pública, de acordo com o disposto no Código Civil, e efetivar-se-á com o registro de seus atos constitutivos no competente Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba, e para os efeitos notariais e outros, a Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS se regerá por seu estatuto social, aprovado em reunião de sua instituição. (Denominação alterada pela Lei nº 15.507/2019)

CAPÍTULO II DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 4º O patrimônio da Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS será constituído pelos bens móveis e imóveis que adquirir, os que lhe forem transferidos ou doados pelo Município de Curitiba, ou por outras pessoas jurídicas de direito público ou privado e por pessoas físicas. (Denominação alterada pela Lei nº 15.507/2019)

§ 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar bens móveis e o imóvel constituído pelo Lote Q-6-A-1-A-1, da Planta Vila das Indústrias II, situado no Bairro do Pinheirinho, na cidade de Curitiba, Matrícula nº 121.137 do Registro de Imóveis da 8ª Circunscrição de Curitiba, com benfeitoria constituída pelo edifício denominado Hospital do Idoso Zilda Arns, localizado na Rua Lothario Boutin, s/nº, bem como lhe transferir por cessão de uso outros bens necessários às suas finalidades.

§ 2º Só será admitida doação à Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS de bens livres e desembaraçados. (Denominação alterada pela Lei nº 15.507/2019)

§ 3º No caso de extinção da Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS que somente se dará por lei municipal, todos os seus bens móveis e imóveis, independentemente de sua forma de aquisição, se por doação, compra ou outra forma de transpasse da propriedade, serão incorporados ao patrimônio do Município, devendo o Conselho Curador se reunir, em seção extraordinária, para tratar do inventário desses bens. (Denominação alterada pela Lei nº 15.507/2019)

Art. 5º Constituem receitas da Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS: (Denominação alterada pela Lei nº 15.507/2019)

I - os recursos provenientes do contrato de gestão entre a Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS e a Secretaria Municipal da Saúde; (Denominação alterada pela Lei nº 15.507/2019)

II - os recursos oriundos de convênios, acordos ou contratos celebrados com a Administração Pública e com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas, respeitado o disposto no § 2º deste artigo;

III - as doações, legados e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;



AMOSTRA

IV - as resultantes da alienação de bens não essenciais à sua finalidade, autorizada pelo Conselho Curador, observado o disposto no estatuto;

V - as resultantes de aplicações financeiras, na forma da legislação vigente; e

VI - receitas de qualquer natureza provenientes do exercício de suas atividades.

§ 1º As receitas decorrentes das ações de assistência à saúde ou de qualquer outro serviço próprio às suas finalidades estatutárias, mediante contrato de gestão com entes públicos, serão consideradas como receita própria da Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS. (Denominação alterada pela Lei nº 15.507/2019)

§ 2º Os serviços de saúde considerados como de acesso universal e gratuitos serão prestados com exclusividade ao Poder Público, no âmbito do Sistema Único de Saúde, mediante contrato de gestão os quais serão colocados à disposição da população, ficando vedada à Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS a assunção de compromissos com terceiros que violem os princípios do Sistema Único de Saúde, em especial, os da gratuidade da assistência à saúde do cidadão e igualdade de atendimento, vedado qualquer tipo de segmentação do atendimento. (Denominação alterada pela Lei nº 15.507/2019)

§ 3º A Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS estará sujeita às regras gerais estabelecidas para as licitações e contratos fixadas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e modificações posteriores, podendo elaborar regulamento próprio nos termos do art. 119 da citada lei, que deverá ser aprovado pelo Conselho Curador. (Denominação alterada pela Lei nº 15.507/2019)

CAPÍTULO III DA DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Art. 6º A Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS terá os seguintes órgãos de direção superior e de administração, respectivamente: (Denominação alterada pela Lei nº 15.507/2019)

I - Conselho Curador; e

II - Diretoria Executiva.

Parágrafo Único. A Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS contará, também, com um setor de controle interno, cuja atuação será prevista em seu estatuto. (Denominação alterada pela Lei nº 15.507/2019)

Art. 7º O Conselho Curador é o órgão superior de direção, controle e fiscalização e constituir-se-á por 9 (nove) membros titulares, sendo:

I - o Secretário Municipal da Saúde, como membro nato;

II - 2 (dois) membros indicados pelo Prefeito Municipal;

III - 2 (dois) membros indicados pelo Secretário Municipal da Saúde;

IV - 1 (um) membro representando os trabalhadores de saúde da Fundação de Atenção Especializada em Saúde de Curitiba;

V - 1 (um) membro representante de Sociedade Científica da Área da Saúde;

VI - 2 (dois) membros representantes dos usuários do SUS, indicados pelo Conselho Municipal de Saúde, que não sejam membros do mesmo.

§ 1º O Conselho Curador será presidido pelo Secretário

Municipal da Saúde.

§ 2º O prazo de investidura dos Conselheiros é de 2 (dois) anos, facultada a recondução.

§ 3º A cada membro titular corresponderá um suplente indicado pelo mesmo processo previsto no caput.

§ 4º O membro do Conselho Curador que perder a condição que ensejou a sua nomeação para o Conselho perderá o seu mandato imediatamente, devendo ser nomeado, na forma desta lei e do estatuto, novo membro para completar o mandato.

§ 5º É obrigatória a participação da Diretoria Executiva nas reuniões do Conselho Curador, sem direito a voto, a não ser quando não houver convocação.

§ 6º Os membros do Conselho Curador exercerão suas atribuições de forma não remunerada.

§ 7º Enquanto não for constituído o quadro funcional da Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS, cuja representação no Conselho Curador está prevista no inciso IV deste artigo, todas as deliberações, inclusive a instituição e reforma do estatuto, serão tomadas pelos demais membros do Conselho Curador. (Denominação alterada pela Lei nº 15.507/2019)

§ 8º Em casos de falecimento, renúncia, destituição ou incompatibilidade de um membro titular, o Conselho Curador empossará o suplente, e solicitará a substituição, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 8º O Conselho Curador contará com uma assessoria para auxiliar nas atividades de fiscalização contábil e financeira da Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS, emitindo análises e pareceres para o Conselho Curador. (Denominação alterada pela Lei nº 15.507/2019)

Parágrafo Único. Os membros assessores deverão possuir capacidade e notório conhecimento da área econômico-financeira ou contábil e suas funções são consideradas de confiança do Conselho Curador, podendo, ainda, serem contratados profissionais por prazo determinado.

Art. 9º A Diretoria Executiva, órgão de direção subordinada ao Conselho Curador e administração superior da Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS, é constituída dos seguintes membros: (Denominação alterada pela Lei nº 15.507/2019)

I - 1 (um) Diretor Geral;

II - 1 (um) Diretor Administrativo-Financeiro;

III - 1 (um) Diretor de Atenção à Saúde.

§ 1º O Diretor Geral será nomeado pelo Prefeito Municipal, mediante indicação do Secretário Municipal da Saúde.

§ 2º Os demais Diretores serão indicados pelo Diretor Geral e aprovados pelo Conselho Curador dentre profissionais de notório conhecimento e experiência na área de atuação da Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS. (Denominação alterada pela Lei nº 15.507/2019)

§ 3º A Diretoria Executiva será de livre admissão e demissão pelas respectivas autoridades que os nomearem.

§ 4º A Diretoria Executiva contará com assessores e assistentes de livre admissão e demissão.

§ 5º A Diretoria Executiva será responsável pelos atos praticados em desconformidade com a lei, com o estatuto da Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS, com o contrato de gestão e com as diretrizes institucionais emanadas pelo Conselho Curador. (Denominação alterada pela Lei nº 15.507/2019)

§ 6º A manutenção de qualquer membro da Diretoria Executiva fica vinculada, obrigatória e comprovadamente, à avaliação de seu desempenho, frente à gestão da Fundação



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

TECNOLOGIAS DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM; EXAME FÍSICO

Caracteriza-se como uma etapa essencial da avaliação clínica, na qual o enfermeiro coleta dados relevantes sobre o estado físico do paciente, possibilitando a identificação de problemas de enfermagem. Esse processo fornece informações que orientam o profissional sobre aspectos a serem investigados durante o exame físico, complementando os dados do diagnóstico de enfermagem.

Normas Gerais para a Realização do Exame Físico

- Buscar a colaboração do paciente;
- Garantir iluminação adequada (uniforme e sem sombras);
- Preservar a privacidade do paciente;
- Informar sobre os procedimentos a serem realizados;
- Executar o exame no sentido céfalo-caudal (da cabeça aos pés);
- Certificar-se de que as mãos estejam aquecidas e unhas curtas;
- Garantir que o paciente esteja relaxado e confortável;
- Em órgãos pares (olhos, ouvidos, rins, entre outros), começar pelo lado não afetado;
- Observar as expressões faciais do paciente para identificar sinais de desconforto ou dor;
- Evitar interrupções ou interferências;
- Não fazer comentários ou expressões que julguem os problemas encontrados.

Instrumentos e Aparelhos Utilizados no Exame Físico

Diversos equipamentos auxiliam na avaliação física, incluindo:

- Estetoscópio;
- Esfigmomanômetro;
- Fita métrica;
- Termômetro;
- Balança antropométrica;
- Espátula;
- Agulhas;
- Algodão (seco e embebido em álcool);
- Garrote;
- Lanterna;
- Martelo de reflexos.

Métodos Propedêuticos de Avaliação Física

Os principais métodos utilizados para a obtenção de dados são: inspeção, palpação, percussão e ausculta.

1. Inspeção

Corresponde ao ato de observar, utilizando a visão para avaliar características como aparência, cor, forma, tamanho e movimento das áreas corporais. Pode ser:

- Estática: realizada com o paciente em repouso;
- Dinâmica: observa-se o movimento corporal e suas alterações.

A inspeção geral ocorre no primeiro contato com o paciente, analisando aspectos como estado aparente de saúde, nível de consciência, estado nutricional, hidratação, estatura, postura, atividade motora, cor da pele, higiene, humor e tipo de fala. Já a inspeção específica é direcionada para cada sistema do corpo.

2. Palpação

Consiste no uso do tato para examinar a superfície corporal (palpação superficial) e os órgãos internos (palpação profunda). Essa técnica complementa os dados obtidos na inspeção e revela informações como textura, tamanho, consistência, sensibilidade (tátil, térmica e dolorosa), elasticidade, temperatura, posição e características dos órgãos, resistência muscular, presença de massas, entre outros.

As técnicas de palpação variam conforme o objetivo:

- Mão espalmada: utiliza toda a palma da mão ou ambas;
- Mão em garra;
- Uso das polpas digitais ou parte ventral dos dedos, com as mãos sobrepostas;
- Em pinça: usando o polegar e o indicador;
- Com o dorso da mão;
- Digitopressão: compressão de uma área com a polpa do polegar ou indicador;
- Fricção com algodão;
- Palpação bimanual: uma mão estabiliza a estrutura enquanto a outra realiza o exame.

3. Percussão

Envolve golpear levemente uma área a ser examinada para produzir sons vibratórios que auxiliam na identificação de características subjacentes. São utilizados o tato e a audição para interpretar os sons gerados, que podem variar em intensidade, timbre e tonalidade, conforme a densidade da área percutida. Sons mais intensos e prolongados indicam estruturas menos densas, enquanto sons abafados refletem regiões mais sólidas.



AMOSTRA

Os tipos de som incluem:

- Maciço: regiões sólidas, como fígado e músculos;
- Submaciço: áreas densas com pouco ar, como a transição entre pulmão e órgãos sólidos;
- Timpânico: cavidades com ar, como o estômago.

A percussão pode ser:

- Direta: realizada com a borda cubital da mão ou o dedo médio golpeando diretamente a área;
- Indireta (dígito-digital): o dedo médio de uma mão pressiona a área a ser percutida, enquanto o dedo médio da outra realiza os golpes rápidos. Apenas o dedo médio deve comprimir a parede, evitando abafamento do som pelos outros dedos.

4. Ausculta

A ausculta é o método que utiliza a audição para identificar sons ou ruídos emitidos pelos órgãos do corpo. Esses sons resultam da vibração das estruturas entre a sua origem e a superfície corporal. Pode ser realizada de duas formas:

- Ausculta direta: os sons são captados diretamente pelo ouvido do examinador;
- Ausculta indireta: utiliza-se o estetoscópio para amplificar os sons.

É usada para avaliar:

- Ruídos respiratórios (normais e patológicos);
- Bulhas cardíacas (normais e alteradas);
- Fluxo sanguíneo em vasos;
- Ruídos do trato gastrointestinal.

Os sons variam conforme o órgão avaliado, sendo analisados quanto à duração, intensidade, altura, ritmo e timbre.

▪ Exame Físico da Cabeça

A cabeça deve estar ereta e alinhada à linha média do corpo. Desvios são frequentemente associados a condições como torcicolos, problemas auditivos ou visuais, e movimentos anormais, como tiques ou tremores. O exame abrange: crânio, face, olhos, nariz, seios paranasais, boca e orelhas.

1) Crânio

São utilizadas inspeção e palpação para avaliar:

- Tamanho e forma:
 - Normal: varia com raça e idade. O perímetro cefálico (PC) é medido envolvendo o crânio com uma fita métrica sobre as sobrancelhas. Valores típicos incluem:
 - 65 a 74,9 cm: cabeça ovoides, comum em negros;
 - 75 a 79,9 cm: cabeça arredondada, comum em brancos;
 - 80 a 90 cm: cabeça achatada.
 - Alterações:
 - Macrocefalia: crânio anormalmente grande;
 - Microcefalia: crânio anormalmente pequeno.

Deformidades podem ocorrer devido a:

- Aplicação de instrumentos no parto;
- Doenças orgânicas;
- Sífilis congênita;
- Anemias hemofílicas congênitas.

2) Cabelos

Inclui-se no exame os cabelos da cabeça, sobrancelhas e cílios, observando:

- Cor, textura e distribuição;
- Presença de resíduos incomuns: sangue (traumas), lêndeas (piolhos) ou escamas (lesões no couro cabeludo).
- As características dos pelos corporais também são analisadas durante o exame.

3) Couro Cabeludo

- Normal: liso, sem descamações, lesões, pediculose, sujidade, seborreia ou caspa.
- Técnica: separa-se o cabelo em pontos aleatórios para inspecionar a pele e palpar o crânio em busca de contornos incomuns, como:
 - Saliências: tumores, tumefações, hematomas;
 - Depressões: afundamentos ou pontos dolorosos;
 - Integridade da pele: avaliar lesões ou irregularidades;
 - Consistência óssea: investigar alterações na tábua óssea, suturas e fontanelas.
- Alterações comuns:
 - Inflamações, como foliculites e abscessos;
 - Pediculose: presença de piolhos e lêndeas;
 - Sujidade e seborreia.

4) Face

São utilizadas inspeção e palpação para avaliar:

- Simetria: comparar os dois lados. Assimetrias podem indicar:
 - Paralisias faciais;
 - Tumores (abscesso dentário, edema alérgico, aumento de glândulas salivares, etc.).
- Pele: observar alterações como:
 - Alterações de cor;
 - Lesões (acne, manchas, cloasma gravídico);
 - Edemas;
 - Umidade excessiva, secura ou oleosidade.
- Expressão facial: reflete o estado emocional do paciente (tristeza, desânimo, alegria, etc.).
- Fácies: características específicas de doenças refletidas no rosto.
- Movimentos:
 - Involuntários: tremores, tiques, espasmos.
 - Voluntários: avaliação da função motora do 7º par craniano, que inclui:
 - Enrugar a testa;





GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

